



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 17/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1-Processo TCE nº 10189/2013.**

**2-Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3-Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.

**4-Exercício:** exercício 2012.

**5-Responsável:** Sr. Carlos da Silva Amora, Prefeito Municipal, à época.

**6-Unidade Técnica:** DCAMI – informação nº 09/2015 (fls. 3340/3342).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 496/2015-MP-ELCM, da Procuradora de Contas Elizângela Lima Costa Marinho (fls. 3343/3385).

**8-Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**Ementa:** Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITIR PARECER PRÉVIO** pela **desaprovação das contas** do Senhor Carlos da Silva Amora, ex-Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2012, nos termos do art. 31, §§1º e 2º da CF/88 c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I da Lei Complementar nº. 06/91 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei nº. 2.423/96 e art. 3º da Resolução nº. 09/87 TCE/AM;

**10- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 01 de abril de 2015.

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 17/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 17/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2015 -TCE – Tribunal Pleno)**

**1-Processo TCE nº 10189/2013.**

**2-Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3-Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.

**4-Exercício:** 2012.

**5-Responsável:** Sr. Carlos da Silva Amora, Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã, à época.

**6-Unidade Técnica:** DCAMI – Informação nº 09/2015 (fls. 3340/3342).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 496/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 3343/3385)

**8-Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**Ementa:** Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício 2012.

*Contas Irregulares. Glosa. Recomendação à origem. Comunicações. Prazo.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- Julgar irregulares** as Contas do Senhor Carlos da Silva Amora ex-Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2012, nos termos do art. 1º, II c/c o art. 22, III, alíneas “b” e “c” da Lei nº. 2.423/96;

**9.2- Determinar glosa no valor total de R\$ 1.213.287,00** (um milhão, duzentos e treze mil e duzentos e oitenta e sete reais) **considerando em alcance** o Senhor Carlos da Silva Amora, na pessoa de seus sucessores e/ou espólio representado pela Sra. Regina Maria de Castro Amora, no limite do patrimônio transferido, pelas impropriedades constantes nos itens **28, 29, 30, 31 e 37** do Relatório/Voto que totalizam **R\$ 247.879,41** (duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos), referente ao Relatório Conclusivo nº. 78/2013-DICAMI, e pelas impropriedades constantes nos itens referente ao Relatório Conclusivo nº. 74/2013-DICOP que totalizam **R\$ 965.407,59** (novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos), nos moldes do art. 304 da Resolução nº 04/2002 pela não execução do objeto dos processos licitatórios;

**9.3- Recomendar à origem** para que seja observado e cumprido o prazo de recolhimento das guias da previdência social GPS dos encargos sociais retidos da remuneração dos servidores até o dia 20 do mês seguinte a que se referem, conforme determina a alínea “b” do art. 216 do Decreto nº. 3.048/99-INSS.

**9.4- Recomendar e determinar** constantes do Relatório Conclusivo nº. 78/2013-DICAMI;

FLM/Decisório feito de acordo com o Mod.3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM.



**ACÓRDÃO Nº 17/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2015 -TCE – Tribunal Pleno)**

**9.5- Comunicar ao:**

**9.5.1- Ministério de Desenvolvimento Social** (item 28 – Ausência de documentos comprobatórios, inclusive de pagamentos, despesas na quantia de R\$ 11.947,13, referente à diferença não comprovada de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, recebidas durante o exercício de 2012);

**9.5.2- Ministério da Educação** (item 29- Ausência de documentos comprobatórios, inclusive de pagamentos, despesas na quantia de R\$ 21.247,99, referente à diferença não comprovada de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, recebidos durante o exercício de 2012);

**9.5.3- Secretaria Estadual de Saúde - SUSAM** (item 30 – Ausência de documentos comprobatórios, inclusive de pagamentos, despesas na quantia de R\$ 23.997,60, referente à diferença não comprovada de recursos do Fundo Estadual de Saúde, recebidos durante o exercício de 2012);

**9.5.4- Receita Federal do Brasil** (item 38- Conciliando as Folhas de Pagamento com os recolhimentos apresentados de INSS, foi levantada a quantia de R\$ 343.933,67, devida à Previdência Social sem comprovação por meio de Guias da Previdência Social. Considerando que houve a retenção e não recolhimento do INSS/Parte servidor, além da ausência de pagamentos das obrigações patronais);

**9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da glosa no valor de total de **R\$ 1.213.287,00** (um milhão, duzentos e treze mil e duzentos e oitenta e sete reais), na pessoa de seus sucessores e/ou espólio representado pela Sra. Regina Maria de Castro Amora, aos cofres do Tesouro da Fazenda Municipal de São Sebastião do Uatumã, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96, art. 169, I e art. 174, da Resolução nº 04/02, autorizando-se desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**10- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 01 de abril de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição